

EMENTA	
Área temática	II - Investigação policial
Disciplina	2 - Escrituração e documentação
Módulo	f - PROJUDI
Código	II.2.f
<p>Mapa de competências</p> <p>A partir dos conhecimentos aplicados, embasados na relação ensino-aprendizagem, são competências decorrentes desse processo o domínio, pelo policial civil, dos recursos e ferramentas do sistema PROJUDI, demonstrando conhecimento sobre a forma de acesso, inclusão, envio e recebimento de inquéritos, processos, e documentos em geral.</p>	
<p>Carga horária recomendada: 40 horas</p>	
<p>Descrição</p> <p>A sociedade e as organizações vivenciam, em caráter mundial, mudanças profundas que impactam diariamente no modo de vida e de produção de bens e conhecimento. Nesse ínterim, os poderes estatais perceberam a necessidade de também evoluírem e acompanharem os progressos tecnológicos.</p> <p style="text-align: center;">A informatização da Justiça brasileira é um processo em andamento cujo início remonta à década de 1970. Seu último estágio de desenvolvimento, o processo eletrônico, está sendo implantado desde o início do milênio, sem que haja um prazo previsto para sua conclusão.</p> <p>Assim, o processo eletrônico, denominado Projudi deve ser fomentado como ferramenta de suma importância para o desenvolvimento interinstitucional e para a realização do acesso à Justiça, uma vez que é indubitável que os processos eletrônicos são mais céleres e eficazes que os processos em papel, e segundo Andrade</p> <p style="text-align: center;">Os estudos da área do direito ou da administração judiciária abordam o Projudi como um fenômeno único, com o foco de interesse dos pesquisadores voltado à relação entre o sistema e o próprio processo judicial, com eventuais ganhos de produtividade para o processo ou a Justiça.</p> <p>Nessa linha de pensamento, afirma Rodrigues que:</p> <p style="text-align: center;">A aplicação da virtualização ao processo tradicional não implica em sua descaracterização, levando-se em conta que a sua natureza não é modificada. Pode ser compreendido como a transferência de um processo tradicional do meio físico para o meio cibernético, no formato digital, devendo o meio virtual oferecer todas as funcionalidades existentes no processo encadernado, como a possibilidade de se proceder a juntada e o desentranhamento de documentos, o chamamento do processo à ordem, a publicidade e disponibilidade.</p> <p>Trata-se de fundamentos teóricos embasados no processo judicial digital, mas que sem qualquer dúvida, resguardadas as especificidades, também se aplicam à seara policial. O Projudi é hoje uma realidade incontestável na Polícia Civil Goiana e o</p>	

conhecimento acerca de sua origem, finalidade, ferramentas e a compreensão como um todo do processo digital é imprescindível para a execução das funções de polícia judiciária.

Objetivo

Criar condições para que o policial civil possa:

- ampliar conhecimentos para entender o sistema SPP/PROJUDI em todas as suas interfaces, contribuindo para o processo de informatização da Polícia Civil do Estado de Goiás;
- desenvolver e exercitar habilidades para utilizar o Projudi cotidianamente com o fito de otimizar os procedimentos policiais, interagindo de forma célere com o Poder Judiciário e demais instituições;
- fortalecer atitudes para reconhecer a importância da integração dos procedimentos produzidos nas várias instituições que formam o sistema de defesa social através do Projudi.

Conteúdo Programático

1. Projudi

1.1 Conceito

1.2 Acesso

1.2.1 Criação de Usuário, Senha e Certificado

2. Navegação

2.1 Interagindo com o PROJUDI

3. Inquérito Policial

3.1) Inquérito Policial no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Pública- SISP

3.2 Juntada do Inquérito Policial

3.3 Sequência de Peças do Inquérito Policial

3.4 Envio do Inquérito Policial

3.5 Peculiaridades do Inquérito Policial a serem observadas

3.6 Envio de Peças Avulsas

3.7 Campo "Pendências"

3.8 Campo "Movimentações"

3.9 Envio de mídias ou arquivos de imagem e vídeos relacionados ao Inquérito Policial

3.10 Inquérito Policial no âmbito PROJUDI

3.10.1 Consulta de Inquéritos Policiais

3.10.2 Visualização de Pendências dentro do Inquérito Policial

4. Representações Criminais

4.1 Cadastro de Medidas Cautelares no âmbito PROJUDI

5. Termo Circunstanciado de Ocorrência

5.1 Finalização do TCO no SISP

5.2 Distribuição do TCO via PROJUDI

5.3 Criar Pendência

5.4 Envio de Mídias referentes ao TCO

6. APF

6.1 Finalização no SISP

6.2 Distribuição no PROJUDI

6.3 Comunicação

6.4 Distribuição do IP originário do APF

6.5 Envio de mídias do APF

7. Integração

Bibliografia indicada

ANDRADE, André de Souza Coelho Gonçalves de. **Trajetórias de Implantação do Projudi à Luz da Teoria Ator-Rede**. 2013. 361 f. Tese (Doutorado) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Orientador: Luiz Antonio Joia. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS. **Sistema de Procedimento Policial**. Disponível em <https://sisp3.ssp.go.gov.br/>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

RODRIGUES, Francisco Walber Pereira. **O Processo Digital: Expectativas e Impacto no Poder Judiciário** 2007. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialista. Especialização em Administração Judiciária, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Fortaleza. Disponível em <https://bdjur.tjce.jus.br/>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

Estratégias de ensino e aprendizagem

As estratégias de ensino e aprendizagem estão dispostas na MACPC/GO e devem ser escolhidas pelo facilitador, restringindo-se a métodos e técnicas adequados aos objetivos.

Avaliação de Aprendizagem

A avaliação do aluno seguirá as disposições do Regimento Interno da ESPC. Serão ainda utilizadas avaliações de aprendizagem diagnóstica, formativa e somativa, como forma de aperfeiçoamento do ensino.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, André de Souza Coelho Gonçalves de. **Trajetórias de Implantação do Projudi à Luz da Teoria Ator-Rede**. 2013. 361 f. Tese (Doutorado) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Orientador: Luiz Antonio Joia. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **MATRIZ CURRICULAR NACIONAL para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública/ coordenação: Andréa da Silveira Passos..(et AL)**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS. **Sistema de Procedimento Policial**. Disponível em <https://sisp3.ssp.go.gov.br/>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

RODRIGUES, Francisco Walber Pereira. **O Processo Digital: Expectativas e Impacto no Poder Judiciário** 2007. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialista. Especialização em Administração Judiciária, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Fortaleza. Disponível em <https://bdjur.tjce.jus.br/>. Acesso em 19 de novembro de 2020.